

CAPÍTULO I

O Capitalismo

1

TALVEZ não constitua surpresa que o termo "Capitalismo", de tão ampla circulação na fala popular e na obra histórica dos anos mais recentes, seja usado de forma tão variada e não tenha prevalecido qualquer medida comum de acordo quanto ao seu uso. Mais notável ainda é que na teoria econômica exposta pelas escolas tradicionais o termo surgisse com tamanha raridade, quando surgiu.¹ Existe até uma escola de pensamento a que pertencem economistas e historiadores, a qual se recusou admitir a possibilidade de conferir significado exato ao Capitalismo como título de um determinado sistema econômico. No caso dos economistas, tal aconteceu principalmente porque os conceitos centrais de sua teoria, como se apresentam costumeiramente, modelam-se num plano abstrato desligado dos fatores historicamente relativos e somente em termos dos quais o Capita-

¹ Sombart, em seu artigo sobre o assunto na *Encyclopaedia of the Social Sciences*, diz: "Este termo não se encontra em Gide, Cauwes, Marshall, Seligman ou Cassel, se mencionarmos apenas os textos mais conhecidos. Em outros tratados, como os de Schendler, Adolf Wagner, Richard Ehrenburg e Philipovich, há algum exame do Capitalismo, mas o conceito é rejeitado em seguida". Nem o *Palgrave's Dictionary of Political Economy* nem o *Dictionnaire de l'Économie Politique* incluem o termo "Capitalismo".

lismo pode ser definido. No caso dos historiadores que adotam essa posição niilista, sua atitude parece advir de uma ênfase conferida à variedade e complexidade de acontecimentos históricos, tão grande que rejeita quaisquer dessas categorias gerais formadoras da tessitura da maioria das teorias de interpretação histórica e nega qualquer validade a linhas fronteiriças de épocas históricas. Período algum da história, dizem, é feito de tecido completo, e como todos os períodos são misturas complexas de elementos, revela-se simplificação enganadora rotular qualquer parte do processo histórico com o título de um único elemento. Um sistema como o Capitalismo poderá ser mencionado abstratamente como descrevendo *um* aspecto que, em medida vária, caracterizou numerosos períodos da história, mas como tal constitui uma noção econômica abstrata, e não histórica; e fazer o levantamento das origens de qualquer “sistema” assim mostra-se em geral uma empresa fútil sem objetivo ou fim. Podemos desconfiar de que tal atitude é reforçada por outra consideração. Se o Capitalismo não existe como entidade histórica, os críticos da ordem econômica atual que reclamam uma mudança de sistema estão lutando contra moínhos de vento e especialmente Marx, inicialmente responsável pelas observações a respeito de um sistema capitalista, seguia mero capricho ao levantar a questão. Há quem seja bem franco a êsse respeito e, como um crítico de *Religion and the Rise of Capitalism* do Prof. Tawney, denuncie o termo como sendo apenas um artifício político.

Hoje em dia, após meio século de pesquisa intensa na história econômica, tal atitude raras vêzes é considerada sustentável pelos historiadores econômicos, ainda que apresentem desconfianças quanto à origem do termo. É verdade que encontramos o principal historiador do Mercantilismo a desprezar a noção de “capitalismo moderno”, chamando-o “aquêle nocivo cozido de carneiro com batatas e cebolas”,² mas a opinião predominante dos que examinaram o desenvolvimento econômico dos tempos modernos acha-se re-

² O Prof. Heckscher, na *Economic History Review*, vol. VII, p. 45. Ele acrescenta que o mesmo só pode ter “um significado” se estiver “ligado àquilo que na ciência econômica se chama capital” — em cujo sentido, isto é, da existência de capital, as diferentes etapas da história só diferiram em grau.

sumida pelo Prof. Tawney em passagem bem conhecida. "Após mais de meio século de trabalho sôbre o assunto, executado por estudiosos de meia dúzia de nacionalidades e de tôdas as variedades de opinião política, negar que o fenômeno exista, ou sugerir que se existir é coisa singular entre as instituições humanas por ter, como Melquisedeque, existido por tôda a eternidade, ou dar a entender que, se tem uma história, a decência impede que esta seja desenterrada, é incorrer voluntariamente em cegueira... Um autor... não deverá entender grande coisa da história européia nas últimas três décadas se, além de evitar a palavra, ignorar o fato".³ No entanto, se em nossos dias o Capitalismo recebeu reconhecimento autorizado como categoria histórica, tal não nos dá a garantia de que quem afirme estudar êsse sistema esteja falando de um mesmo assunto. Há quem possa pensar que uma variedade de uso proporciona pouca base para comentários e não possa causar grande mal, mas a diferença de uso verbal está ligada não só a uma ênfase diferente na busca do que é pertinente entre a multidão de incidentes históricos e a um período diferente de seleção na composição da crônica de acontecimentos, mas tende a levar a um modo diferente de interpretação e a uma história causal-genética diferente. Se é de uma configuração o que os acontecimentos históricos nos convencem, e não de nossas próprias predições, isso é decisivo em nosso uso do termo "Capitalismo" e deverá então haver uma definição de acôrdo com a forma real possuída pelo desenvolvimento histórico e outras que, em contraste com ela, estejam erradas. Mesmo quem crê no relativismo histórico tem de acreditar que exista um quadro correto, do ponto de vista de qualquer conjunto homogêneo de observações históricas. Além disso, não é infreqüente suceder que quem escreve sôbre o Capitalismo aparentemente despreze qualquer problema de significado, e, deixando de esclarecer o sentido em que pretende seja tomada a palavra, êle próprio não mostre grande coerência em seu emprêgo.

Talvez devêssemos tornar logo claro que a palavra "capitalista" (adjetivo), que entrou em moda entre alguns economistas, principalmente os inclinados à Escola Austríaca,

³ Prefácio à edição de 1937 de *Religion and the Rise of Capitalism*.

pouco tem em comum com o Capitalismo como categoria de interpretação histórica. “Capitalista” tem sido usado pelos economistas num sentido puramente técnico, ao se referirem ao uso dos chamados métodos de produção “indiretos” ou que usam o tempo, e em grande parte se prendeu a uma visão particular da natureza do capital. Não diz respeito ao modo de *posse* dos instrumentos de produção, e se refere apenas à sua origem e à medida de seu uso. Como desde a mais primitiva produção sempre foi em algum grau “capitalista” neste sentido técnico, o termo apresenta pouco valor para fins de diferenciação histórica e seus inventores não tentaram usá-lo dêsse modo. O uso que dêle fazem, na verdade, é por implicação uma negativa de qualquer significado específico do Capitalismo como sistema histórico especial.

Não se encontra ajuda maior em outra concepção que vemos implícita no contexto em que o termo é freqüentemente usado e apresenta a fraqueza de confinar o Capitalismo a um número de anos tão pequeno que traça uma fronteira entre os fenômenos sociais que apresentam as marcas mais nítidas de semelhança familiar. De acôrdo com ela, o Capitalismo se identifica com um sistema de empresa individual sem obstáculos, sistema em que as relações econômicas e sociais são governadas por contrato, onde os homens são agentes livres na busca de sua subsistência, achando-se ausentes quaisquer compulsões e restrições legais.⁴ Com isso, o Capitalismo é tornado virtualmente sinônimo de um regime de *laissez-faire* e, em alguns usos do termo, de um regime de concorrência. Dicey não empregou o termo “Capitalismo”, mas encarou como decisivo o contraste entre o que chamava o período de Individualismo, em certo sentido correspondente à noção ora examinada, e o período de Cole-

⁴ Pode-se citar como exemplo não muito sério, talvez, o seguinte: “O verdadeiro capitalismo quer dizer uma economia de concorrência livre e justa pelo lucro e a oportunidade contínua de trabalho para todos” (J. H. R. Cromwell e H. E. Czerwonky, em *In Defence of Capitalism*, 5). Essa definição é tão exigente nas virtudes que registra, que nos faz duvidar de poder o “verdadeiro capitalismo” ter existido em qualquer época. Exemplos mais ponderáveis encontram-se em autores que às vezes recusam o termo “capitalismo” a uma economia fascista e contrastam-no com “totalitarismo”. Cf. também c *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (1923): “Der Kapitalismus hat die privatwirtschaftliche oder individualistische Wirtschaftsordnung zur Voraussetzung und ist ohne diese gar nicht denkbar”.

tivismo, datando o início dêste ultimo a partir dos anos seguintes a 1870.⁵ Embora uma preocupação com êste tipo de distinção entre o Individualismo e o *Étatisme* talvez possa ser tomado como pertencente ao passado e não ao presente, e entre os historiadores econômicos raramente tenha formado base para definir o Capitalismo, sua marca sôbre o pensamento ainda persiste e grande parte dos debates hoje encontrados parece por implicação identificar o Capitalismo a um sistema de “livre emprêsa”, contrastando-o com qualquer invasão de contrôle estatal à custa do *laissez-faire*. A deficiência de um significado assim tão estreito mostra-se evidente por si própria. Poucos países que não a Inglaterra e os Estados Unidos no século XIX se conformaram de perto a um regime de “individualismo puro” do tipo manchesteriano clássico e até mesmo êsses dois logo iriam sair dêle para uma era de emprêsa fundamentada em grandes companhias e monopólio ou semimonopólio, enquanto o *laissez-faire* como política se mostrou em declínio. Se o Capitalismo deve ser tão limitado no tempo assim, como poderemos caracterizar o sistema que o precedeu e aquêle que o sucedeu, ambos assemelhados a êle numa série de aspectos importantes?

Por terem exercido uma influência sôbre a pesquisa e a interpretação históricas, três significados separados e atribuídos ao Capitalismo surgem com destaque. Embora em alguns aspectos os mesmos se sobreponham, cada um dêles se associa a uma visão distinta da natureza do desenvolvimento histórico, cada qual acarreta um tratado de fronteiras cronológicas bem diferentes para o sistema, e cada qual resulta num relato causal diferente quanto à origem do Capitalismo e o crescimento do mundo moderno.

Em primeiro lugar, e talvez desfrutando maior popularidade, encontramos o significado divulgado pelas obras de Werner Sombart, que buscou a essência do Capitalismo não em qualquer dos aspectos de sua anatomia econômica ou sua fisiologia, mas na totalidade dos aspectos representados no *Geist* ou *espírito* que inspirou a vida de tôda uma época. Tal espírito é uma síntese do espírito de emprêsa, empreendimento ou aventura com “o espírito burguês” de cálculo e

⁵ *Law and Opinion in England, passim.*

racionalidade. Acreditando que “em épocas diferentes reinaram atitudes econômicas diferentes, e que é êsse espírito o que cria a forma adequada para si próprio e com isso uma organização econômica”,⁶ êle buscou a origem do Capitalismo no desenvolvimento de estados de espírito e comportamento humano conducentes à existência daquelas formas econômicas, e relações da mesma natureza, que se mostram características do mundo moderno. “Em alguma ocasião do passado remoto o espírito capitalista deve ter existido — em estado embrionário, se assim quiserem — antes de qualquer empreendimento capitalista poder tornar-se uma realidade”.⁷ O homem pré-capitalista era uma “homem natural” que concebia a atividade econômica como o simples aprovisionamento de suas necessidades naturais e em épocas pré-capitalistas “no centro de todo esforço e preocupação estava o homem, medida de tôdas as coisas, *mensura omnium rerum homo*”.⁸ Por contraste o capitalista, “desarraigando o homem natural”, com sua visão “primitiva e original” e “revirando todos os valores da vida”, vê na acumulação de capital o motivo dominante da atividade econômica, e numa atitude de racionalidade sóbria e através dos métodos de cálculo quantitativo preciso subordina tudo o mais na vida a êsse fim.⁹ Max Weber definiu mais simplesmente o Capitalismo como “presente onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano seja executada pelo método de empresa”, e “um estabelecimento capitalista racional” como sendo “o mesmo que a contabilidade de capital”; além disso, usava o espírito do Capitalismo “para descrever aquela atitude que busca o lucro, racional e sistematicamente”.¹⁰

⁶ *Der Moderne Kapitalismus* (ed. 1928), I, 25. Isso êle descreveu como “a idéia fundamental (*Grundgedanke*)” de sua obra.

⁷ *Quintessence of Capitalism*, 343-4.

⁸ *Der Moderne Kapitalismus*, vol. I, 31.

⁹ *Quintessence*, 13-21, 239.

¹⁰ *General Economic History*, 275; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 64. A opinião de Weber liga-se bastante à de Sombart, mas ao mesmo tempo apresenta certas diferenças. O Sr. Talcott Parsons acentuou que existe uma distinção entre o “capitalismo em geral” de Weber, que “é uma categoria puramente econômica” (diversamente da de Sombart) e se refere a qualquer intercâmbio com fito de lucro, racionalmente conduzido (o que se

Em segundo lugar, existe um significado que encontramos mais freqüentemente implícito no tratamento do material histórico do que explicitamente formulado e que virtualmente identifica o Capitalismo à organização de produção para um mercado distante.¹¹ Enquanto no regime da antiga guilda artesanal, onde o artesão vendia seus produtos a varejo no mercado da cidade, presumivelmente se acharia fora desta definição, o Capitalismo poderia ser encarado como já presente assim que os atos de produzir e vender a varejo se separaram no espaço e no tempo pela intervenção de um atacadista que adiantava dinheiro para compra de artigos com o fito de mais tarde efetuar uma venda lucrativa. Em grande parte esta noção é descendente linear do esquema de desenvolvimento empregado pela Escola Histórica Alemã, com sua distinção primária entre a “economia natural” do mundo medieval e a “economia monetária” que a sucedeu, e sua ênfase sôbre a área do mercado como definidora dos estágios no crescimento do mundo econômico moderno. Nas palavras de Bücher, o critério essencial é “a relação existente entre produção e consumo dos bens ou, para ser mais exato, o comprimento da rota percorrida pelos bens, ao passarem do produtor ao consumidor”.¹² Não é incomum acharmos isto em íntima conjunção com uma definição do Capitalismo como sistema de atividade econômica dominado por certo tipo de motivo, o motivo-lucro; a existência, em qualquer período, de número substancial de pessoas que confiam no investimento de dinheiro para dali extrair uma renda, seja tal investimento no comércio ou na agiotagem, sendo tomada como demonstração da existência de um elemento de Capitalismo. Assim encontramos o Capitalismo descrito pelo Prof. Earl Hamilton, o historiador da revolução de preços do século XVI, como “o sistema onde a riqueza outra que não a terra é usada para o fito definido de conseguir uma

aproxima do segundo significado que vamos mencionar adiante), e sua noção histórica de “capitalismo moderno” que é a mesma de Sombart (*Journal of Political Economy*, vol. 37, p. 34).

¹¹ Cf. referência de Marx a Mommsen, o historiador da Roma antiga, de que “descobre um modo de produção capitalista em qualquer economia monetária” (*Capital*, vol. III, 914).

¹² *Industrial Evolution*, 89. Cf. também Schmoller, *Principes d'Économie Politique*, *passim*.

renda”,¹³ enquanto Pirenne parece aplicar o termo a qualquer uso “aquisitivo” do dinheiro, declarando que “as fontes medievais situam a existência do capitalismo no século XII além de qualquer dúvida”.¹⁴ Quando tal noção é ligada à do Capitalismo como sistema comercial — como produção para o mercado — temos o tipo de definição usada pelo Prof. Nussbaum: “um sistema de economia de trocas” no qual o “princípio orientador da atividade econômica é o lucro irrestrito” (ao que, no entanto, êle acrescenta como característica adicional que tal sistema se marca por uma diferenciação da população em “proprietários e trabalhadores sem propriedades”¹⁵). A tendência dos que assim encaram o termo é buscar as origens do Capitalismo nas primeiras invasões de transação especificamente comerciais sôbre os horizontes econômicos estreitos e a suposta “economia natural” do mundo medieval, e marcar as principais etapas no crescimento do Capitalismo de acôrdo com estágios na ampliação do mercado ou às formas variáveis de investimento e empresa comercial às quais tal ampliação se ligava. Em muitos aspectos tal noção apresenta afinidade com a de Sombart, e se sobrepõe à mesma, porém o foco de atenção continua sendo substancialmente diferente.

Em terceiro lugar, temos o significado inicialmente conferido por Marx, que não baseava a essência do Capitalismo nem num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objetivo de ganho, mas num determinado modo de produção. Por modo de produção êle não se referia apenas ao estado da técnica — ao que chamou o estado das forças produtivas — mas ao modo pelo qual os meios de produção eram possuídos, e às relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção. Dêsse modo, o Capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado — um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou — mas um sistema de acôrdo com o qual a

¹³ Em *Economica*, novembro de 1929, 339.

¹⁴ *Economic and Social History of Medieval Europe*, 163; cf. também Pirenne em *American Historical Review*, 1914, 494 em diante.

¹⁵ *History of Economic Institutions of Europe*, 61. Em outras partes de sua obra, entretanto, o autor surge como adepto fiel da opinião de Sombart.

fôrça de trabalho “se transformara a si própria em uma mercadoria” e se vendia e comprava no mercado, como qualquer outro objeto de troca. Seu requisito histórico era a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe, consistindo de apenas uma parte pequena da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua mão-de-obra era a fonte única de sua subsistência. A atividade produtiva era por isso suprida por ela, não em virtude de compulsão ou obrigação legal, mas na base de um contrato salarial. Torna-se claro que tal definição exclui o sistema de produção artesanal independente, onde o artesão possuía seus próprios e modestos implementos de produção e empreendia a venda de seus próprios artigos. Nisto não existia qualquer divórcio entre a propriedade e o trabalho, e a não ser onde o artesão recorria em qualquer medida ao emprêgo de diaristas, era a venda e compra de artigos inanimados, e não da mão-de-obra humano, o que constituía sua preocupação primária. O que diferencia o uso desta definição quanto às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fôsem homens de posses, não basta para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais aquisitivos, não bastam — seu capital tem de ser usado na sujeição da mão-de-obra à criação da mais-valia na produção.

Não pretendemos debater aqui os méritos das definições rivais, e simplesmente tornar claro que nos ensaios seguintes será o último dêsses sentidos aquêle em que empregaremos o termo “Capitalismo”, sublinhando algumas das implicações em seu uso nesse sentido. A justificativa de qualquer definição, afinal, tem de repousar no seu êxito ao esclarecer o processo real de desenvolvimento histórico, na medida em que dá ao nosso quadro do processo uma forma correspondente aos contornos que a paisagem histórica demonstra ter. Como base para rejeitar os outros dois significados nesse trio conhecido, deverão bastar as observações seguintes, ainda que superficiais.

Tanto a concepção do espírito capitalista de Sombart quanto uma concepção do Capitalismo como sendo primariamente um sistema *comercial* sofrem o defeito comum a concepções que focalizam a atenção no fato do investimento

aquisitivo da moeda, o de serem insuficientemente restritivas para confinar o termo a qualquer época da história, e parecerem levar inexoravelmente à conclusão de que quase todos os períodos da história foram capitalistas, pelo menos em certo grau. À medida que nosso conhecimento das sociedades econômicas anteriores aumentou, a tendência por parte dos que conferem tais significados ao termo foi a de recuar as fronteiras do Capitalismo mais atrás no tempo. Hoje compreendemos que as transações monetárias e a produção para mercado mostraram-se muito mais comuns nos tempos medievais do que supúnhamos e, como observou Brentano, a Quarta Cruzada já demonstrara “uma verdadeira orgia de Capitalismo”, neste sentido da palavra.¹⁶ Na medida em que aumenta nosso conhecimento acêrca das condições econômicas do mundo antigo, acumulam-se demonstrações de que, com base em tais definições, a presença do Capitalismo não pode ser negada até mesmo na Grécia e Roma clássicas. O uso aquisitivo do dinheiro não é coisa exclusivamente moderna. A compra de escravos na antiguidade era presumivelmente um emprêgo “aquisitivo” do dinheiro, tanto quanto o assalariamento de trabalhadores hoje. O mundo clássico tinha seus agiotas e o *lucri rabies* não era pecado desconhecido ao mundo medieval. Se tivermos de encarar ambos como sociedades capitalistas, teremos de concluir que qualquer busca das origens do sistema dentro dos confins dos oito últimos séculos é inútil, e que o Capitalismo deve ter estado presente, intermitentemente, na maior parte da história de que temos registro. Aquilo de que necessitamos claramente, no entanto, é uma definição para descrever as instituições econômicas distintas do mundo moderno nos séculos mais recentes, e o que não puder fazer isso será inútil para o objetivo da maioria das pessoas.

A outra dificuldade se atém à concepção idealista de Sombart e Weber e à sua escola, a de que o Capitalismo como forma econômica é a criação do espírito capitalista, e a gênese dêste último terá de ser explicada, antes de poder-

¹⁶ Sombart admitia francamente que fôsse assim, e tentou de modo pouco convincente fazer frente à objeção, afirmando que o comércio nos tempos medievais não era comércio em qualquer sentido maduro, mas se inspirava no espírito de artesanato e não num espírito capitalista.

mos explicar a origem do Capitalismo. Se tal espírito capitalista fôr, êle próprio, um produto histórico, o que causou seu aparecimento no cenário histórico? A êste enigma, resposta satisfatória alguma foi apresentada até hoje, a não ser a da coincidência acidental de diversos estados de espírito no tempo, que convenientemente fundidos num casamento de empresa e racionalidade formam o *élan vital* de uma era capitalista. A busca de uma causa levou ao debate insatisfatório e inconcludente quanto a ser verdade se o protestantismo gerou o espírito capitalista (na afirmação de Weber e Troeltsch) e poucos motivos mais existem para encarar o Capitalismo como filho da Reforma do que sustentar, com Sombart, que em grande parte foi a criação dos judeus.¹⁷ Tampouco tal dificuldade em remontar a *causae causantes* se prende, *mutatis mutandis* e como se supõe às vêzes, a uma explicação das origens capitalistas apresentadas em termos puramente econômicos. Embora verdade que por trás de qualquer transformação econômica devemos procurar uma ação humana, a ação iniciadora da transformação decisiva pode ser inspirada por intenção inteiramente estranha ao desfecho final e, assim, mostrar-se simples produto da situação anterior, enquanto se o aparecimento de um nôvo sistema econômico deve ser explicado em termos de uma *idéia*, esta deverá abarcar por antecipação e “embrionariamente” a essência do futuro sistema, e o aparecimento maduro da idéia daquele sistema, antes e na ausência do próprio, tem de ser explicado.

Por outro lado se torna claro que, na medida em que nosso conhecimento se enriqueceu pela extensão da pesquisa na história econômica moderna das últimas décadas, a definição do Capitalismo em uso real na historiografia marchou cada vez mais no sentido daquela inicialmente adotada e

¹⁷ A afirmação de Weber e Troeltsch de que a ética protestante incentivava ao espírito de cálculo o Sr. H. M. Robertson (em *Aspects of the Rise of Economic Individualism*) replicou, com algum pêso, que pouco havia a escolher entre os autores protestantes e católicos em suas atitudes quanto a questões tais como o cálculo comercial e livre comércio; Brentano e outros, desde seus dias (isto é, Pirenne), mostram ser possível achar muita coisa em aquisitividade calculista antes da Reforma. Cf. P. C. Gordon Walker sobre “Capitalism and the Reformation”, em *Econ. Hist. Review*, novembro, 1937; também A. E. Sayous em *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, 1930, 427-44.

desenvolvida por Marx. A ênfase veio a ser colocada cada vez mais no aparecimento de um nôvo tipo de diferenciação classista entre capitalista e proletário, ao invés de o ser no lucro como motivo da atividade econômica, focalizando-se a atenção cada vez mais no aparecimento de uma relação entre produtor e capitalista, análoga à de emprêgo entre patrão e assalariado no sistema industrial totalmente amadurecido do século XIX. Em seu conjunto, parece mais provável que tal se deva ao fato de ter o material descoberto pela pesquisa forçado tal ênfase à atenção dos historiadores, em sua busca das diferenças essenciais da era moderna, do que os mesmos se tenham predisposto a ela graças às obras de Marx. Assim temos o Sr. Lipson afirmando que os pontos essenciais do Capitalismo já estavam presentes alguns séculos antes da revolução industrial e afirmando também que “o traço fundamental do capitalismo é o sistema salarial, sob o qual o trabalhador não tem direito de propriedade nos artigos por êle fabricados — não vende os frutos de seu trabalho, mas o seu próprio trabalho — distinção esta de importância econômica vital”.¹⁸ Até mesmo Cunningham chegou bem perto dessa posição, ao afirmar que “o traço distinto da organização capitalista da indústria é a posse dos materiais pelo empregador, que emprega o trabalhador e paga seus salários; subsequêntemente êle alcança um lucro pela venda dos bens” e acrescentar que “a intrusão do capital pode não causar grande modificação aparente nas condições sob as quais o trabalho é executado, mas causa alteração enorme nas relações pessoais entre o trabalhador e seus companheiros, quando reduzido a uma posição de dependência”. No entanto, êle não restringiu o têrmo Capitalismo a uma determinada organização da indústria, dando-lhe em vez disso uma definição mais ampla e comercial como “uma fase onde

¹⁸ *Economic History*, 3.^a ed., vol. II, XXVI. O Sr. Lipson acrescenta a isso, no entanto, que “se os bens não lhe pertencerem porque o material é fornecido por outra pessoa, nesse caso é um assalariado, quer lhe pertençam em instrumento de produção ou não”. Se, no entanto, “a prova real é se o trabalhador tem qualquer propriedade nos bens que produz”, e a propriedade dos meios de produção é desprezada, não se estenderá então a definição também ao que geralmente se chama um sistema socialista? Em outro lugar, e de modo curioso, o Sr. Lipson fala da “aldeia medieval” como estando “organizada numa base capitalista” (*Ibid.*, 372).

a posse do capital e o hábito de aumentar o comércio se tornaram dominantes em tôdas as instituições da sociedade".¹⁹

2

Em nossa preocupação com a definição de um sistema econômico, não devemos deixar implicado que as fronteiras entre os sistemas devam ser traçadas nas páginas da história como uma linha divisória bem clara. Como insistiram corretamente aquêles que desconfiam de tôda a falação sôbre épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram em sua forma pura, e em qualquer período da história os elementos característicos, tanto dos períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vêzes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada sociedade nova, embora não forçosamente embrião completo da mesma, acham-se no seio da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova. O que se acha implicado numa concepção do Capitalismo como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos comparativamente breves de transição, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acôrdo com a natureza dêsse tipo predominante de relação sôcio-econômica. Daí mostrar-se mais esclarecedor em qualquer dado período falarmos em têrmos de um sistema homogêneo, e ignorarmos as complexidades da situação, pelo menos como primeira aproximação, do que seria o contrário. Nosso interêsse principal não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o simples aparecimento da mesma justificará uma descrição do período posterior por um nome nôvo. De importância muito maior será a etapa quando a forma nova tenha atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer uma influência principal na modelagem da tendência de desenvolvimento. Também é verdade que o processo de modificação histórica, em sua maior parte, é gradual e contínuo. No sentido de que não há acon-

¹⁹ *The Progress of Capitalism in England*, 24, 73.

tecimento que não possa ser ligado a algum acontecimento imediato anterior numa cadeia racional, êle poderá ser descrito como contínuo por tôda parte, mas o que parece forçosamente estar implicado em qualquer concepção do desenvolvimento dividido em períodos ou épocas, cada qual caracterizado por seu sistema econômico distinto, é que há pontos decisivos no desenvolvimento econômico, nos quais o *ritmo* se acelera além do normal, e nos quais a continuidade é rompida, no sentido de uma mudança abrupta de direção na corrente de acontecimentos.

Tais pontos de mudança abrupta na direção do fluxo histórico correspondem às revoluções sociais que marcam a transição de um sistema velho para outro nôvo. A opinião de que o desenvolvimento se caracteriza por revoluções periódicas apresenta, portanto, em contraste às de desenvolvimento econômico exclusivamente modelado em têrmos de variação quantitativa contínua, que vêem a mudança como função simples de algum fator crescente, seja êle população, produtividade, mercado, divisão de trabalho ou estoque de capital. Um dos principais defeitos destas últimas é sua tendência a ignorar, ou pelo menos depreciar, aquelas decisivas propriedades novas cruciais que, em certos estágios, podem surgir e transformar radicalmente o desfecho — seja a ambição aventureira do empresário capitalista num período de maiores oportunidades de lucro ou a nova atitude quanto ao trabalho, numa sociedade coletivista e igualitária — e a preferência que costumam conferir à interpretação de situações novas em categorias de pensamento que são produto de situações passadas e no sentido de “verdades universais” super-históricas, modeladas no que diz serem traços imutáveis da natureza humana ou certos tipos invariáveis de “necessidade” econômica ou social. Esta tendência, as teorias de desenvolvimento formuladas em têrmos de “espírito de uma época”, singular e inconfundível, apresentam pelo menos o mérito de evitar. Quando deixamos de falar em metáforas, no entanto, não é fácil definir imediatamente o tipo de acontecimentos aos quais a expressão “revolução social” geralmente pretende referir-se. Embora uma revolução social pareça conter a noção de descontinuidade, no sentido em que nos referimos a uma mudança abrupta de direção, isto perde seu significado simples quando deixamos de exprimi-lo em têrmos de analogias especiais. Embora tal

revolução evidentemente inclua, também, a noção de um *ritmo* de mudança acelerado, seu significado não se confina a isso. Os que concebem a mudança em termos de crescimento quantitativo simples podem admitir que a taxa de crescimento não seja constante, mas sujeita a flutuações, passando às vezes por fases de aumento acelerado, como sucedeu com o aumento demográfico na parte final do século XVIII, sem introduzir em seu quadro qualquer noção de transições revolucionárias onde ocorra uma mudança qualitativa de sistema.

Se fôr correto sustentar que a concepção de sistemas sócio-econômicos, marcando etapas distintas no desenvolvimento histórico, não é simplesmente uma questão de conveniência, mas uma obrigação — não uma questão de títulos adequados para os capítulos, mas algo que diz respeito à construção essencial da narrativa, se esta há de ser verdadeira — então tal deve ser porque há uma qualidade nas situações históricas que, ao mesmo tempo, propicia a homogeneidade de configuração a qualquer tempo dado, e torna os períodos de transição, quando existe um equilíbrio de elementos discretos, inerentemente instáveis. Tal deve ser porque a sociedade se acha constituída de maneira que o conflito e interação de seus elementos principais, ao invés do crescimento simples de algum único elemento, formam o fator principal de movimento e mudança, pelo menos no que diz respeito às transformações principais. Se êsse fôr o caso, uma vez que o desenvolvimento tenha atingido um certo nível e os diversos elementos que constituem aquela sociedade estejam dispostos de certo modo, os acontecimentos deverão marchar com rapidez incomum, não apenas no sentido de crescimento quantitativo, mas no de uma alteração de equilíbrio dos elementos constituintes, resultando no aparecimento de composições novas e alterações ou mudanças mais ou menos abruptas na tessitura da sociedade. Usando uma analogia mais esclarecedora, é como se, em certos níveis de desenvolvimento, fôsse acionado algo como uma reação em cadeia.

Está claro que o traço da sociedade econômica que produz êsse resultado, e por isso se mostra fundamental à nossa concepção do Capitalismo como uma ordem econômica distinta, característica de um período distinto da história, é que a história até hoje foi a de *sociedades de classe*, ou seja, de sociedades divididas em classes, nas quais uma delas, ou

então uma coalizão delas com algum interêsse comum, constitui a classe dominante e se mostra em antagonismo parcial ou completo com a outra ou com as demais classes.²⁰ Isto tende a impor a qualquer dado período histórico uma certa uniformidade qualitativa, pois a classe social e politicamente dominante na época usará naturalmente seu poder para conservar e aumentar aquêle modo determinado de produção — aquela forma determinada de relação entre classes — da qual depende sua renda. Se a modificação dentro dessa sociedade atingisse um ponto onde a hegemonia continuada dessa classe dominante fôsse sèriamente ameaçada, e o antigo equilíbrio de fôrças mostrasse sinais de perturbação, o desenvolvimento teria atingido um estágio crítico, onde a mudança que até então marchara teria de ser detida, ou se continuasse a classe dominante não poderia mais sê-lo e a outra, nova e crescente, teria de tomar seu lugar. Tendo ocorrido essa alteração no equilíbrio de poder, o interêsse da classe que ora ocupa as posições estratégicas estará claramente na aceleração da transição, no rompimento das resistências de sua rival e antecessora, fazendo aumentar a sua própria. O antigo modo de produção não será forçosamente eliminado de todo, mas logo se reduzirá em escala até não ser mais um competidor sério do nôvo.²¹ Durante certo período o nôvo modo de produção, ligado às novas fôrças produtivas e potencialidades econômicas, deverá expandir-se muito além dos limites dentro dos quais o sistema antigo

²⁰ Cf. observações de Pirenne que demonstram uma atitude quanto a essa concepção de desenvolvimento descontínuo devido ao surgimento sucessivo de diferentes classes: "Acredito que para cada período em que nossa história econômica [do capitalismo] possa ser dividida existe uma classe distinta e separada de capitalistas". Como o grupo capitalista de uma época "não surge do grupo capitalista da época precedente", segue-se que "a cada alteração na organização econômica encontramos um ramo de continuidade", e a história não é um plano inclinado, mas um lance de escadas ("Stages in the Social History of Capitalism", em *American Historical Review*, 1914, 494-5).

²¹ Não é necessário supor que tal seja feito como parte de um plano consciente a longo prazo, embora, na medida em que a classe dominante siga uma linha política definida, isso aconteça. Mas supõe, pelo menos, que os membros de uma classe adotem ação comum sôbre determinadas questões (como no acesso à terra ou a mercados, ou à mão-de-obra), e que a fôrça maior lhes permite expulsar os rivais.

estava destinado a se mover, até que, por sua vez, as relações de classes e formas políticas determinadas, nas quais a nova classe dominante afirma seu poder, entram em conflito com algum outro desenvolvimento das forças produtivas, e a luta entre as duas é levada a um clímax mais uma vez. No século XIX, em grande parte sob a influência de Hegel, a história da civilização em geral se acreditava consistir de uma sucessão de épocas marcadas pelo domínio de culturas nacionais sucessivas. De acôrdo com nossa ênfase atual, ela consistiu mais de uma sucessão de sistemas de classes, cada qual com seu modo próprio de extrair renda para sua classe dominante. Na história econômica da Europa, ao menos, algo se destaca e merece observação especial — o grau surpreendente de semelhança dos estágios principais pelos quais o desenvolvimento econômico passou. A cronologia desses estágios, naturalmente, mostrou-se bem diversa e os pormenores da história, formas e fases determinadas dentro de cada estágio principal, mostraram-se notavelmente dessemelhantes, mas uma unidade como a que podemos atribuir à Europa parece, com tôda a probabilidade, ser devida à semelhança fundamental em forma, que o desenvolvimento econômico de suas diversas partes exibiu, no correr dos últimos dez séculos.

O interêsse comum que constitui certo elemento social a agrupar uma classe, no sentido em que temos discorrido, não se deriva de uma semelhança quantitativa de rendas, como às vêzes se supõe — uma classe não consiste forçosamente de pessoas no mesmo nível de renda, nem as pessoas situadas em, ou próximas de, um dado nível de renda, são obrigatoriamente unidas por uma identidade de objetivos. Também não basta dizer que uma classe consiste daqueles que derivam sua renda de uma fonte comum, embora seja a fonte e não a dimensão da renda o que se mostre importante neste particular. Neste contexto, devemos referir-nos a algo inteiramente fundamental que diz respeito às raízes que um grupo social possui numa determinada sociedade, ou seja, a relação em que o grupo como um todo se situa quanto ao processo de produção e, portanto, às outras seções da sociedade. Em outras palavras, a relação da qual, num caso um interêsse comum em conservar e ampliar um determinado sistema econômico e em outro um antagonismo de interêsses quanto a esta questão, deve ser sua relação com um

modo determinado de extrair e distribuir os frutos do trabalho excedente além e acima do trabalho que vai suprir o consumo do produtor real. Como tal trabalho excedente constitui seu sangue vital, qualquer classe dominante terá de tratar sua relação determinada quanto ao processo de trabalho como sendo de importância decisiva para sua própria sobrevivência e qualquer classe em ascensão que aspire viver sem o trabalho se inclinará a encarar sua própria carreira, prosperidade e influência futuras como dependentes da aquisição de algum direito sobre o trabalho excedente alheio. “Um excedente do produto do trabalho além e acima dos custos de manutenção do trabalho”, disse Friedrich Engels, “e a formação e aumento, por meio desse excedente de uma produção social e fundo de reserva, foi e é a base de todo progresso social, político e intelectual. Na história até nossos dias, tal fundo foi a posse de uma classe privilegiada à qual também se voltaram, juntamente com sua posse, a supremacia política e a liderança intelectual”.²²

A forma em que o trabalho excedente foi apropriado diferiu nos diversos estágios da sociedade e tais variedades de forma ligaram-se ao uso de diversos métodos e instrumentos de produção e diferentes níveis de produtividade. Marx se referiu ao próprio Capitalismo, dizendo ser, “como qualquer outro modo definido de produção, condicionado a certo estágio de produtividade social e na forma historicamente desenvolvida das forças produtivas. Este requisito histórico é em si próprio o resultado histórico e o produto de um processo precedente, do qual o novo modo de produção faz sua partida à sua dada fundação. As condições de produção correspondentes a esse modo de produção específico, historicamente determinado, apresentam um caráter passageiro, específico e histórico”.²³ A um estágio de desenvolvimento social onde a produtividade do trabalho se mostra bem baixa, qualquer renda substancial e regular para uma classe ociosa, vivendo da produção mas sem contribuir para ela, se tornará inconcebível, a menos que se fundamente na compulsão dos produtores e neste sentido, como Engels

²² *Anti-Dühring*, 221.

²³ *Capital*, vol. III, 1023-4. Marx acrescenta que “as condições de distribuição mostram-se essencialmente idênticas àquelas condições de produção, sendo seu lado oposto”.

observou, a divisão em classes num estágio primitivo do desenvolvimento econômico “apresenta certa justificação histórica”.²⁴ Numa sociedade predominantemente agrícola as relações decisivas estarão ligadas à posse da terra e como a divisão do trabalho e a troca deverão mostrar-se pouco desenvolvidas, o trabalho excedente tenderá a ser executado diretamente como obrigação pessoal, ou tomar a forma da entrega de uma certa cota de seu produto, pelo cultivador, como tributo em forma natural, a um senhor das terras. O crescimento da indústria, que acarreta a invenção de novos e variados instrumentos de produção, produzirá novas classes e, por criar problemas econômicos novos, requererá formas novas de apropriação do trabalho excedente em benefício dos donos dos novos instrumentos de produção. A sociedade medieval se caracterizava pela execução obrigatória do trabalho excedente pelos produtores, que se achavam na posse de seus próprios instrumentos primitivos de cultivo e estavam ligados à terra. A sociedade moderna, por contraste, se caracteriza por uma relação entre o trabalhador e o capitalista, que toma uma forma puramente contratual e se mostra indistinguível, em aparência, de qualquer das outras transações múltiplas de mercado livre de uma sociedade de trocas. A transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna não foi processo simples que possa ser apresentado como uma tabela genealógica de descendência direta, mas ainda assim entre os remoinhos dêsse movimento a vista pode distinguir certas linhas de direção do fluxo. Tais linhas incluem não apenas modificações na técnica e o aparecimento de novos instrumentos de produção, que aumentaram grandemente a produtividade do trabalho, mas uma crescente divisão do trabalho e, por conseqüência, o desenvolvimento das trocas, bem como uma crescente separação do produtor quanto à terra e aos meios de produção e seu aparecimento como um proletário. Dessas tendências orientadoras na história dos cinco séculos passados, uma importância especial se prende à última, não só porque foi tradicionalmente atenuada e decentemente encoberta por fórmulas acêrca da passagem de *status* para contrato, mas porque no centro do palco histórico trouxe consigo uma forma de compulsão ao trabalho

²⁴ *Op. cit.*, 316.

para outrem, que se mostra puramente econômica e “objetiva”, lançando assim uma base para aquela forma peculiar e mistificadora pela qual uma classe ociosa pode explorar o trabalho excedente dos outros e que é a essência do sistema moderno ao qual chamamos Capitalismo.

3

O desenvolvimento do Capitalismo se classifica numa série de estágios, caracterizados por níveis diversos de maturidade e cada qual reconhecível por traços bastante distintos. Quando buscamos fazer o levantamento de tais estágios, no entanto, e escolher um deles como marcando o estágio inicial do Capitalismo, surge uma consideração imediata acêrca da qual é de alguma importância que não exista confusão. Se falarmos do Capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora dêsse sistema a partir dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em larga escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de “Capitalismo Mercantil”, como fizeram muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando as mudanças no modo de produção ocorrem, no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista.²⁵ Não se trata aqui apenas de um ponto de terminologia, mas de substância, pois o mesmo significa que, se estivermos certos, o aparecimento de uma classe puramente mercantil não terá por si próprio qualquer significado revolucionário, que seu crescimento exercerá uma influência muito menos fundamental sôbre a configuração ou padrão econômico da sociedade do que o surgimento de uma classe de capitalistas cujas fortunas estejam intimamente ligadas à indústria; e que embora uma classe, seja de escravistas ou senhores feudais, possa passar a comerciar ou entrar em aliança íntima com os comerciantes, uma clas-

²⁵ Alguns parecem, no entanto, ter usado o termo “capitalismo mercantil” como se aplicando não à mera existência de grandes capitais e mercados especializados na esfera do comércio, mas ao período inicial do capitalismo, quando a produção se subordinava ao fabricante-comerciante no sistema de trabalho caseiro ou externo. Os comentários no texto, como é claro, não se referem a êsse uso do termo.

se mercantil, cujas atividades são essencialmente as de um intermediário entre produtor e consumidor, não se deverá esforçar por tornar-se uma classe dominante naquele sentido de todo radical e exclusivo do qual falávamos poucos momentos atrás. Como sua sorte tenderá a se prender ao modo de produção existente, será mais provável que sofra o incentivo a conservar aquêle modo de produção, ao invés de transformá-lo. Ela deverá esforçar-se por “entrar” numa forma existente de apropriação do trabalho excedente, mas não deverá tentar modificar essa forma.

Quando examinamos a história do capitalismo concebida dêsse modo, torna-se claro que devemos datar sua fase inicial na Inglaterra, não no século XII como faz Pirenne (que pensa principalmente na Holanda), nem mesmo no século XIV com seu comércio urbano e ligas artesanais como fizeram outros, mas na segunda metade do século XVI e início do XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, ou na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos que trabalham em seus próprios lares para um capitalista ao chamado “sistema de trabalhar caseiro”. É bem verdade que já antes disto exemplos bem numerosos podem ser encontrados de uma situação transitória onde o artesão perdera grande parte de sua independência, pela dívida ou diante do monopólio dos comerciantes atacadistas, e se apresentava em relações de alguma dependência com um mercador, que era homem de capital. Também é verdade que no século XIV, ou mesmo antes, existia boa quantidade do que podemos chamar (para usar a terminologia moderna) de tipos *kulak* de empresa — o camponês bem de vida na aldeia, ou o comerciante local, ou trabalhador-proprietário nos artesanatos urbanos, empregando o trabalho assalariado. Estes, no entanto, parecem ter sido pequenos demais em escala, e insuficientemente amadurecidos, para serem tomados como muito mais do que um Capitalismo adolescente, não chegando a justificar que datemos o Capitalismo como nôvo modo de produção, suficientemente claro e extenso a ponto de constituir um desafio sério a um outro mais antigo, já nessa altura. De qualquer modo, podemos dizer com bastante certeza que um modo capitalista de produção, e uma classe especial de capitalistas especifica-

mente ligados ao mesmo, não obtiveram qualquer importância decisiva como influência sobre o desenvolvimento social e econômico, até as décadas finais da era dos Tudor.

Na carreira do Capitalismo a partir dessa data torna-se evidente que existem dois momentos decisivos. Um deles está no século XVII — nas transformações políticas e sociais daquele período decisivo, inclusive a luta dentro das corporações patenteadas, que as pesquisas de Unwin trouxeram à luz, e a luta parlamentar contra o monopólio, com seu ápice na revolução cromwelliana, cujos resultados estiveram muito longe de desaparecer, a despeito de certa medida de acôrdo e reação à Restauração. O segundo consiste da revolução industrial no final do século XVIII e início do XIX, que se mostrou principalmente de importância econômica, apresentando um reflexo dramático, porém longe de desprezível, sobre a esfera política. Ela se mostrou tão decisiva para todo o futuro da economia capitalista, tão radical como transformação da estrutura e organização da indústria, que levou alguns a considerá-la as dores do parto do Capitalismo moderno, e portanto o momento mais decisivo no desenvolvimento econômico e social desde a Idade Média. O conhecimento e juízo mais maduros de hoje indicam claramente, no entanto, que aquilo que a revolução industrial representou foi uma transição de um estágio inicial e ainda imaturo do Capitalismo, onde o modo de produção pré-capitalista e mesquinho fôra penetrado pela influência do capital, subordinado ao mesmo, despidido de sua independência como forma econômica, mas ainda não inteiramente transformado, para um estágio onde o Capitalismo, na base da transformação técnica, atingira seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em larga escala e coletiva da fábrica, assim efetuando um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalista e assalariados.

Se datarmos a origem do modo capitalista de produção dessa forma, no entanto, parecemos encontrar de imediato uma séria dificuldade. Para sermos coerentes, não deveríamos reconhecer três momentos decisivos, em vez de apenas dois, na transição do modo de produção medieval para o capitalista, o terceiro e primeiro de todos marcando a desintegração do feudalismo? E se admitirmos a existência de tal

período entre aquela época e o século XVI ulterior — período êsse que, de acôrdo com nossa data, parece não ter sido feudal, nem ainda capitalista, no que diz respeito ao modo de produção? Certamente é verdade que o século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal, seguindo bem nos calcanhares do surgimento das cidades corporativas com grande medida de autonomia local, política e econômica, bem como uma influência grandemente aumentada nos negócios nacionais. Nessa crise o modo de produção feudal, baseado na servidão, foi sèriamente abalado e atingiu um adiantado estado de desintegração, cujos efeitos foram vistos na *malaise* da economia senhorial do século seguinte. A menos que identifiquemos o fim do feudalismo com o processo de comutação — assunto sôbre o qual falaremos mais adiante — não poderemos, no entanto, falar ainda do fim do sistema medieval e ainda menos do destronamento da classe dominante medieval. Também é verdade, e de importância excepcional para qualquer compreensão adequada dessa transição, que a desintegração do modo de produção feudal já alcançara um estágio adiantado *antes* do modo de produção capitalista se desenvolver, e que tal desintegração não prosseguiu em qualquer ligação íntima com o crescimento do nôvo modo de produção no seio do antigo. Os duzentos anos, mais ou menos, transcorridos entre Eduardo III e Elisabete foram certamente de caráter transitório. Uma burguesia mercantil crescera em riqueza e influência, e tendo conquistado certa medida de privilégios, surgia mais em posição de parceiro do que de antagonista quanto à nobreza e, nos tempos dos Tudor, fundia-se parcialmente com a mesma. Seu aparecimento exerceu pouco efeito direto sôbre o modo de produção e seus lucros vinham da extração de vantagens de diferenças de preço no espaço e no tempo, devidas à imobilidade existente de produtores e seus modestos recursos — diferenças essas que buscava manter e mesmo ampliar graças a seus privilégios monopolistas.²⁶ Nos artesanatos urbanos e no surgimento de agri-

²⁶ Cf. o comentário penetrante de Marx, no sentido de que “o Capital Mercantil é a forma histórica de capital bem antes do capital ter submetido a produção a seu contrôle... O capital se desenvolve na base de um modo de produção independente dêle, e exterior, (e) o desenvolvimento independente do capital mercantil se apresenta, portanto, em proporção inversa ao desenvolvimento

cultores livres bem de vida, ou mais ou menos bem, vemos um modo de produção que conquistara sua independência quanto ao feudalismo — a pequena produção do trabalhador-proprietário, artesão ou camponês que não era ainda capitalista embora contivesse o embrião das relações capitalistas e mostrasse mesmo sinais de submeter-se ao capital de fóra. Tal tipo de economia continuou, no entanto, a ser um elemento subordinado na sociedade, sendo preciso lembrar que a maioria dos pequenos arrendatários, embora pagasse arrendamento em dinheiro (mais um pagamento costumeiro do que uma “renda econômica”), achava-se ainda em grande parte prês a diversos modos e subordinada à autoridade senhorial, e malgrado as terras fôsem em sua maior parte trabalhadas pelos assalariados, êsse trabalho se achava ainda sujeito a boa dose de compulsão *de facto* e vinha em grande medida de pessoas que ainda tratavam os salários como forma suplementar de subsistência, em vez de única. O trabalhador podia ser forçado a aceitar trabalho pelas taxas legais e era impedido de mudar de aldeia sem permissão do senhor local. Na verdade, a legislação do século XIV roubava dos homens livres mais pobres o que antes os distinguira dos *villani adscripti glebae* — a liberdade de mudar-se à vontade. As relações sociais no campo, entre produtores e seus senhores e patrões, mantinham boa parte de seu caráter feudal e também continuava boa parte do invólucro, pelo menos, da ordem feudal.

As discussões quanto a certas mudanças, como as do final do século XVIII, merecerem ou não o título de uma revolução, concentraram-se freqüentemente não só no *ritmo* da transformação, mas em sua simultaneidade em ramos diferentes da indústria, como se tal constituísse uma questão decisiva. Para evitar o mal-entendido, talvez seja melhor declarar logo que a história do Capitalismo e as etapas de seu desenvolvimento não apresentam forçosamente as mesmas datas quanto às diferentes partes do país ou indústrias

geral da sociedade” (*Capital*, vol. III, 384). Também Pirenne: “Numa era quando a fome local era contínua cada um tinha só de comprar uma quantidade pequena de cereais por preço baixo nas áreas onde se mostravam abundantes, para realizar lucros fabulosos, que podiam então ser aumentados pelos mesmos métodos. Assim a especulação... contribuiu bastante para a fundação das primeiras fortunas comerciais (*Economic and Social History of Medieval Europe*, 48).

diversas e, em certo sentido, estaríamos certos ao falar não de uma única história do Capitalismo, e da forma geral apresentada por ela, mas de uma coleção de histórias do Capitalismo, tôdas com uma semelhança geral de forma, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito a suas etapas principais. Em outras palavras, as diversas regiões da Inglaterra (e em certa medida até mesmo as diversas cidades nesse país) tiveram nos séculos XIV e XV, digamos, suas diferentes histórias econômicas, do mesmo modo como o desenvolvimento econômico das diversas nações européias no século XIX é corretamente tratado como narrativas em grande parte separadas entre si. Tanto mais provavelmente verdade quanto mais recuemos nos séculos, isto parece verdadeiro pelo menos com referência à era presente. Neste particular, o aparecimento do próprio Capitalismo é uma poderosa influência coordenadora. Quando vemos o país como um todo, alguma transição decisiva poderá dar a aparência de ser um processo tão demorado que torne o título de revolução econômica uma denominação imprópria, mas em qualquer setor semi-autônomo o ritmo de movimento poderá mostrar-se muito mais claro. Importante é a velocidade com que, em qualquer dado setor, uma cadeia de mudanças importantes se segue à ocorrência de algum acontecimento decisivo — a velocidade comparada com a taxa de mudança nesses fatores em tempos mais normais — e não forçosamente a simultaneidade dêsse acontecimento decisivo e sua cadeia de conseqüências nos diversos setores. Neste particular, realmente, encontramos uma distinção importante entre transições principais de uma forma de hegemonia de classe para outra, da qual já falamos, e aquelas transições secundárias que marcam as etapas dentro da vida de um dado sistema econômico (a que aparentemente se referia o Prof. Pirenne ao falar de desenvolvimento do Capitalismo como tendo a forma de “uma escada”). Onde uma classe nova, ligada a um nôvo modo de produção, se torna a dominante e expulsa os representantes da antiga ordem econômica e social antes dominantes, a influência dessa revolução política terá forçosamente de sentir-se em tôda a área daquela unidade política dentro da qual o poder foi transferido, e as conseqüências imediatas devem neste caso ser aproximadamente simultâneas por tôda essa área. É essa mudança de política, e daí da direção em que sua influên-

cia se exerce, em nível *nacional*, o que dá a momentos tais como a revolução inglesa do século XVII, ou 1789 na França, ou 1917 na Rússia, seu significado especial.

O desenvolvimento do Capitalismo através das fases principais de sua história se ligou essencialmente à transformação técnica que afeta o caráter da produção e por êste motivo os capitalistas ligados a cada fase nova tenderam a ser, pelo menos inicialmente, uma camada diferente de capitalistas em referência àqueles que tinham aplicado todo seu capital no tipo antigo de produção. Foi acentuadamente êste o caso na revolução industrial. Os pioneiros das novas formas técnicas eram, em sua maioria, homens novos, desprovidos de privilégio ou posição social, que empreendiam uma luta contra os privilégios de interesse estabelecidos mais antigos, em nome do liberalismo econômico. Para expandir, êsses homens novos muitas vêzes tinham de recorrer ao capital em parceria com capitalistas de posição mais antiga; às vêzes, os fabricantes-comerciantes que antes tinham financiado a indústria doméstica montaram fàbricas e gradualmente o capital se transferiu dos antigos para os novos, de modo que o antagonismo entre as camadas capitalistas mais antigas e os *nouveaux riches* da indústria nova jamais se aprofundou demais. Por sua vez, a alteração na estrutura da indústria afetou as relações sociais dentro do modo de produção capitalista, influenciando radicalmente a divisão de trabalho, diminuindo as fileiras do tipo de trabalhador-proprietário empreiteiro e pequeno artesão intermediário entre capitalista e assalariado, e transformando a própria relação entre o trabalhador e o processo produtivo.

Seria engano, no entanto, supor que tais relações sociais fôsem o reflexo passivo de processos técnicos e ignorar a medida em que alterações nelas ocorridas exerceram uma influência recíproca e às vêzes decisiva sôbre a forma de desenvolvimento. Na verdade, elas são a casca dentro da qual tem lugar o próprio crescimento técnico. Se a concepção de Capitalismo e seu desenvolvimento aqui adotada é válida, pareceria seguir-se que qualquer alteração nas circunstâncias que afetam a venda dessa mercadoria decisiva, a fôrça de trabalho, quer diga respeito à abundância e escassez relativas da mão-de-obra, ou ao grau em que os trabalhadores se acham organizados e agem em conjunto ou podem exercer influência política, terá de afetar vitalmente a pros-

peridade do sistema e com isso o ímpeto de seu movimento, as políticas social e econômica dos dirigentes da indústria, e até mesmo a natureza da organização industrial e a marcha da técnica. No caso extremo será decisiva em afetar a estabilidade do sistema. Nos capítulos seguintes, a influência exercida pelas condições mutáveis do mercado se mostrará, certa ou erradamente, um tema recorrente. Pode ser que tal influência se estenda a esferas situadas fora do alcance dêste estudo, com efeitos menos evidentes do que aquêles dos quais logo estaremos falando. Como exemplo, dois autores recentemente sugeriram uma ligação entre a condição mutável do mercado de trabalho e a atitude do Estado quanto à punição do crime, sendo esta atitude aparentemente menos dura e mais inclinada às considerações de ordem humana em épocas de escassez de trabalho, quando a mão-de-obra dos condenados estava em procura, do que em outras, quando a reserva de trabalho se mostrava grande e a vida proletária, por consequência, bem barata.²⁷ A respeito da influência dêsse fator sôbre a política econômica, aventuraremos uma afirmação geral, quando menos na qualidade de hipótese para investigações mais especializadas. Parece existir pelo menos uma evidência *prima facie* para ligarmos períodos nos quais a política do Estado numa sociedade de classes marcha em direção da regulamentação econômica com períodos de escassez de mão-de-obra, real ou temida, a períodos nos quais a política do Estado se inspira num espírito de liberalismo econômico diante de situação oposta. Os motivos que levam o Estado em qualquer época a promover intervenção na produção podem ser variados e complexos, como também o podem ser as formas e objetos possíveis de intervenção. Uma situação conducente a um tipo de intervenção pode não o ser a outro. Mas quando a intervenção do Estado ocorreu no passado como política examinada e determinada, adaptada às circunstâncias normais do tempo de paz, os dois objetivos que parecem principalmente ter nela atuado são a execução de um monopólio em favor de algum grupo de capitalistas, ou refôrço das obrigações da disciplina de trabalho²⁸ e poderíamos es-

²⁷ G. Rüsche e Kirchheimer, *Punishment and Social Structure*.

²⁸ Fala-se aqui primordialmente de regulamentos e contrôles governando o preço ou produção ou entrada num officio ou mudança de emprêgo, do tipo comum sob o sistema mercantilista e também

perar que os esforços do Estado numa sociedade capitalista, a fim de controlar salários e restringir a liberdade de movimento do trabalhador, serão maiores quando a reserva de trabalho se mostra exaurida do que quando bem ampla. A hipótese de que um *motif* dominante do *Étatisme* numa sociedade de classes esteja no contróle do mercado de trabalho é reforçada pelo fato de que a intervenção estatal tendeu a crescer em países da Europa ocidental no século XIV e início do XV, que foi período de escassez quase mundial de mão-de-obra (tendo como exemplo na França a proclamação de João o Bom, destinada a controlar as organizações profissionais em Paris, e na Inglaterra o contróle estatutário dos salários) e de novo no século XVII, que foi na França, por exemplo, a era de Sully, Laffemas e Colbert; enquanto o século XIX, um período de abundante reserva de trabalho e rápido aumento demográfico, testemunhou os maiores triunfos do *laissez-faire*.²⁹ A hipótese tem, pelo

em tempos recentes, e não da legislação como as Leis Fabris ou previdência social que não afetam tão diretamente as relações de intercâmbio ou de produção e geralmente possuem uma motivação e significado diferentes.

²⁹ Cf. E. Heckscher (*Mercantilism*, vol. I) que sugere ter o aumento dos salários após a Peste Negra “proporcionado um motivo poderoso para a primeira intervenção por parte do Estado” (p. 138), que “quase sempre se exerceu ao lado dos mestres” (p. 148). Aproximando-se do final do século XV, no entanto, houve uma modificação da política oficial na França, e uma reversão parcial a um regime de autogoverno da guilda. Quanto ao século XVII, cf. P. Boissonnade, *Le Socialisme d'État: l'Industrie et les Classes Industrielles en France, 1455-1661*, que se refere à disciplina rígida a que aprendizes e trabalhadores se encontravam submetidos naquele século, “semelhante à dos quartéis militares ou dos conventos”, e à política estatal no sentido de guildas que favorecia o *patronat* contra o trabalhador, e em vista das queixas gerais de escassez de mão-de-obra proibia as associações e assembléias de trabalhadores, punindo os que mudassem de emprégo (pp. 295-305). A despeito de *syndicats* ilegais e das revoltas e insurreições dos trabalhadores em diversas cidades nos vários anos entre 1622 e 1660, êsse parece ter sido um período de condições em deterioração entre os trabalhadores, que “vivem num estado próximo à nudez”, em condições de “miséria assustadora” (pp. 307-8), estado de coisas que continuou sob Colbert (Boissonnade, *Colbert, 1661-83*; H. Hauser, *Les Débuts du Capitalism*, 36-9, 102-6, 161 em diante). Cf. também a referência de Weber ao caráter não-desenvolvido de um proletariado ao continente europeu, como motivo do “cultivo deliberado pelo Estado” da indústria na França e Alemanha (*General Econ. History*, 164). É bem verdade

menos, muita coisa a recomendá-la, ao afirmar que a liberdade floresce melhor sob o capitalismo quando, por motivo de um proletariado superabundante, o modo de produção se acha seguro, ao passo que a compulsão legal se destaca, assim que os empregos competem em busca de quem os ocupe e o modo de produção se torna menos lucrativo como fonte de renda para o capital, e menos estável.

Em contraste com o quadro de uma política flutuante do Estado quanto à indústria como realmente a encontramos, o Capitalismo às vèzes foi representado sob o aspecto de um impulso, constante para a liberdade econômica, pois só na ausência da regulamentação e contròle êle pode achar condições favoráveis para expansão. Conforme essa opinião, o Capitalismo é o inimigo histórico da restrição legal e do monopólio, sendo êste último o produto da intromissão ilegítima do Estado no domínio econômico, empenhado na busca ao poder, em vez de visar à abundância ou à estabilidade social à custa da prosperidade comercial. No entanto, vemos aí pouca semelhança com o quadro real e, no que se segue, o papel do monopólio nos diversos estágios do Capitalismo, ajudando ao mesmo tempo o aparecimento da burguesia e o progresso da acumulação de capital, de outras vèzes detendo o desenvolvimento, será acentuado com freqüência. Embora ao aparecer o Capitalismo movesse guerra contra os privilégios monopolistas das guildas artesanais e corporações comerciais que lhe barravam o caminho, posteriormente revelou não ser de todo hostil à aceitação de privilégios econômicos e à regulamentação estatal do comércio em seus próprios interesses, como demonstra a história subsequente do mercantilismo. No século XIX, e principalmente na Inglaterra, temos também a nova indústria fabril a erguer a bandeira de acesso livre aos mercados e à mão-de-obra e declarar seu direito a competir em têrmos de igualdade com

que no século atual temos novamente uma era de arbitramento compulsório, de salários tanto mínimos quanto máximos, e do Estado Corporativo, combinado a um desemprego total aumentado entre as duas guerras. Mas esta situação moderna é peculiar neste aspecto, por ser dominada pelo surgimento de organizações poderosas da classe assalariada. Há evidente ligação, no entanto, entre o crescimento das despesas com armamento nos anos seguintes a 1930, diminuindo a reserva de mão-de-obra, e o crescimento da coação pelo Estado sôbre a mesma.

os rivais estabelecidos e mais antigos, para poder abrir caminho a suas fôrças produtivas notavelmente aumentadas. A não ser nas circunstâncias excepcionais favoráveis da Inglaterra como pioneira da nova técnica, no entanto, tal entusiasmo pela liberdade de comércio raras vêzes se mostrou incondicional e no fim do século a concorrência iria novamente ceder lugar ao monopólio, com o comércio livre retirando-se antes da aurora do que foi chamado uma era de neomercantilismo. Podemos até dizer que só em períodos excepcionais, quando mercados e oportunidades comerciais se expandem em grau incomum, é que o mêdo crônico ao aumento de produtos e da capacidade produtiva que tal sistema parece nutrir se detém, e sua tendência inata para as políticas restritivas, nascida dêsse mêdo, se recolhe.

Dois comentários finais de natureza geral parecem pertinentes, como introdução aos estudos mais detalhados que virão a seguir. A ênfase de nossa atitude quanto à interpretação do Capitalismo é a de que as alterações no caráter da produção, e nas relações sociais que giram em tórno dêle, exerceram em geral uma influência mais profunda e poderosa sôbre a sociedade do que as alterações nas relações comerciais *per se*. No entanto, tal não deve ser tomado como implicando que o comércio e os mercados não tenham, por sua vez, tido uma influência importante sôbre a produção e não devem representar papel destacado em diversos pontos da narrativa. Não só foi o comércio o solo donde surgiu primeiramente uma burguesia; não só seu impacto sôbre a aldeia medieval apresentou poderosa influência, ainda que indireta pela promoção de uma diferenciação entre o camponato, dividido em camponeses prósperos e os camponeses pobres, fomentando assim o crescimento de um semiproletariado rural entre os últimos; não só os mercados formaram os moldes pelos quais a indústria se estabeleceu, sendo êles mesmos dependentes do crescimento da produção, mas também podemos dizer que são os períodos de mercados em crescimento rápido, bem como de crescente oferta de mão-de-obra, os períodos *par excellence* de expansão industrial, de progresso tanto na técnica produtiva quanto nas formas de organização; enquanto aparentemente é quando os mercados se contraem que a preocupação quanto a uma rotina segura, e a consolidação de uma posição estabelecida, tendem a expulsar o espírito de aventura e se instala um enrijecimento nas juntas da indústria capitalista. Comparado

a sistemas exteriores, não resta dúvida que o Capitalismo moderno se mostrou progressista em grau elevado — de acôrdo com o tributo bem conhecido e prestado a ela por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, “a burguesia desempenhou papel extremamente revolucionário no palco da história... foi a primeira a nos mostrar o que a atividade humana pode realizar... não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, por consequência, as relações de produção”. Mas tal influência progressista do capitalismo deveu-se menos a que, devido a alguma qualidade duradoura de sua natureza, o sistema prospera pela inovação contínua do que ao fato de seu período de madureza estar associado a uma flutuação incomum de mercados, bem como a uma taxa anormal de crescimento de sua oferta de mão-de-obra. Que tal tenha sido o caso no século XIX e na América do Norte, durante as três primeiras décadas do XX, não justifica supormos que tal constelação favorável vá continuar indefinidamente, e logo veremos que não falta evidência a sugerir que pode muito bem ser coisa do passado. Essa influência a longo prazo, no entanto, como aquela que a configuração mutável dos mercados exerceu sôbre o desenvolvimento econômico, parece ter ocorrido primordialmente através de seu efeito sôbre a produção, como um dos fatores condicionantes da última, e à parte disso a esfera de comércio não parece ter sido a fonte de qualquer onda poderosa de influência que se tenha espalhado diretamente a partir dali, em círculos amplos por tôda a superfície da sociedade.³⁰

Se a forma do desenvolvimento econômico fôr como a descrevemos, parece seguir um corolário específico para a

³⁰ Não pretendemos fazer, com isso, uma afirmação sôbre a ordem de “importância” dos diferentes fatores na promoção da modificação. Trata-se simplesmente de uma afirmação a respeito do *modus operandi* das seqüências causais e o papel operacional diferente de diversos fatores num processo de desenvolvimento. A distinção referida parece aparentada àquela feita por J. S. Mill entre um acontecimento que é a *causa* imediata de alguma modificação e um acontecimento (ou diversos) que exerce uma influência, não por produzir diretamente a modificação, mas por *predispor* certos elementos numa situação à direção pertinente, “um caso de causação no qual o efeito é investir um objeto com certa propriedade” ou “a preparação de um objeto para a produção de um efeito” (*System of Logic*, 2.^a ed., vol. I, 388-90).

análise econômica — corolário êsse da maior importância: o de que, para compreender os movimentos maiores do sistema econômico em qualquer dado período, as qualidades pertencentes ao sistema são mais importantes do que as que possa ter em comum com outros sistemas; e não se deverá conseguir grande coisa de suas tendências de desenvolvimento a longo prazo, se extrairmos nossos conceitos simplesmente das relações de troca, traçando uma linha entre elas e aquêlê tipo especial de fator institucional comundo o que Marx chamou o modo de produção da época. A teoria econômica, pelo menos desde Jevons e os austríacos, se formulou cada vez mais em termos de propriedades comuns a qualquer tipo de sociedade de trocas; e as leis econômicas principais se formularam nesse nível de abstração.³¹ O ma-

³¹ Alguns parecem ter achado para as proposições da teoria econômica um caráter universal e obrigatório aparentado àquêle das chamadas “proposições sintéticas apriorísticas”. O Prof. Hayek, seguindo linha de pensamento aberta por Weber, declarou que os objetos formadores da matéria das ciências sociais não são “fatos físicos”, mas todos “constituídos” de “categorias conhecidas de nossas próprias mentes”. “As teorias das ciências não consistem de “leis” no sentido de regras empíricas sôbre o comportamento de objetos definíveis em termos físicos” e tudo que proporcionam é “uma técnica de raciocínios que nos ajuda a ligar fatos individuais, mas que, como a Lógica e a Matemática, não é sôbre os fatos”, e “nunca pode ser verificada ou falsificada por referências aos fatos”. “Tudo quanto podemos e devemos verificar é a presença de nossas hipóteses no caso particular... A própria teoria... só pode ser testada quanto à coerência” (“The Facts of the Social Sciences”, em *Ethics*, outubro de 1943, pp. 11, 13).

Essa afirmação bastante surpreendente advém do fato de que os “todos” de que tratam as teorias sociais lidam com relações que não se mostram definíveis em termos de propriedades físicas comuns, mas apenas em termos *teleológicos* de atitudes que reconhecemos como semelhantes por analogia com o caráter de nossos próprios espíritos. Daí, do conhecimento de nossas próprias mentes podermos extrair *a priori* tôdas as ações gerais que formam a matéria da teoria social. No que diz respeito à ciência econômica, essa opinião parece depender da seleção do *mercado* como sendo a província única da Economia, e do problema de “adaptar meios escassos a dados fins” como o aspecto do mercado sôbre o qual se focaliza o estudo econômico (“fins” definindo-se subjetivamente em termos de desejos humanos).

Tal opinião reconhecidamente não se aplica a fenômenos passíveis de medida estatística (ou seja, estatística vital), nem presumivelmente a instituições tais como o trabalho forçado, a propriedade individual, a distinção entre homens com propriedade e outros

terial institucional ou histórico-relativo, embora não de todo excluído, se introduziu apenas no segundo andar do edifício, sendo tratado em sua maior parte como variações em “dados” capazes de influenciar o valor das variáveis pertinentes, mas sem alterar as equações principais, pelas quais as relações governantes se definem. Daí traçar-se uma linha demarcatória entre uma esfera autônoma de relações de troca, apresentando propriedades e governada por necessidades em sua maior parte independentes de qualquer mudança de “sistema” — esfera que é a província dos economistas — e a esfera de instituições de propriedade e relações de classe que é o território onde sociólogos e historiadores das instituições, com sua falação sôbre “sistemas”, podem fazer todo o espalhafato que bem quiserem. Se o fator principal no desenvolvimento econômico e social, se não no político, dos últimos quatro ou cinco séculos, foi algo a que se chamou Capitalismo, no entanto, e êste é como o descrevemos, tal dicotomia se mostra insustentável.³² Uma es-

sem ela, sendo tudo isto inteiramente passível de classificação em termos de suas propriedades físicas, sem referência às atividades mentais. Além disso, não está absolutamente claro porque se faz a suposição de que coisas tais como dinheiro ou capital não são definíveis em termos dos usos reais aos quais vemos que são postos, em vez de “em termos das opiniões que as pessoas têm a seu respeito”. [Se o dinheiro fôr definido como algo que não confere desfrute direto, mas *encarado* apenas como um meio pelo qual as coisas que permitem desfrute podem ser adquiridas, nesse caso tal definição deverá ser em termos do juízo mental das pessoas, mas não se o dinheiro fôr definido substancialmente como algo costumeiramente *usado* como meio de adquirir coisas que as pessoas comem ou usam ou adotam como combustível ou ornamento de suas casas, sem ser por si próprio usado em qualquer desses modos. O fato de que nem sempre possamos decidir se vamos classificar como ornamentos ou como dinheiro certos objetos usados em volta do pescoço dos ilhéus do Oceano Pacífico, sem intuição quanto aos seus processos mentais, não parece bastante para invalidar o último tipo de definição para a maioria dos fins.] Não é questão de não podermos, em certas circunstâncias, aprender *mais*, pela dedução a respeito dos motivos de outras pessoas, dedução essa feita de nossos próprios motivos, do que pela simples generalização a respeito de seu comportamento, e sim uma questão de saber se a matéria da teoria econômica e interpretação histórica se confina àquilo que podemos aprender dos primeiros.

³² J. S. Mill fêz a concessão considerável de sustentar que as leis da distribuição eram relativas a determinadas instituições, mas sustentou também que as leis de produção não o eram. Tal

fera autônoma de relações de troca, cujos conceitos ignoram a diferença qualitativa na ligação de diversas classes com a produção e, portanto, entre si, para concentrar-se em sua semelhança como fatores quantitativos num problema abstrato de apreçamento, logicamente não nos pode revelar muita coisa sobre o desenvolvimento econômico da sociedade moderna. Além disso, a alegada autonomia desta esfera entra, ela própria, em exame.

Encarar as relações de troca como território autônomo para uma ciência econômica especial parece significar que uma narrativa causal quase completa dos processos essenciais pode ser confeccionada sem sair-se de seus limites. Existe quem sustente que, embora um estudo das relações de troca em si próprias tenha de ser reconhecidamente incompleto, a menos que passe a levar em conta a influência por elas recebidas de determinadas instituições como a estrutura de classes da sociedade, as leis reveladas pelo primeiro ainda assim se mostram fundamentais e exprimem necessidades que governam qualquer tipo de sistema econômico. Em que sentido a teoria moderna de equilíbrio de preços pode ser tida como exprimindo “necessidades” para qualquer tipo de sociedade, e quanto resta de tais “necessidades”, quando as mesmas têm de ser suplementadas em qualquer medida maior por dados institucionais historicamente relativos, eis algo que não se mostra bem claro.³³ Expresso em termos formais, no entanto, um significado possível a ser conferido a tal afirmação é o de que a influência dos fatores institucio-

opinião, no entanto (chamada por Marx de “idéia gerada pela crítica incipiente mas ainda prejudicada da economia burguesa”, *Capital*, vol. III, 1030), traça uma dicotomia dentro do corpo da própria ciência econômica, que parece ainda mais difícil de sustentar. Como exemplo, na doutrina de Mill a taxa de lucro, figurante na determinação do valor, dependia daquelas condições que determinavam a distribuição, e neste sentido a teoria de valor apoiava-se numa teoria de distribuição. A ciência econômica moderna, entretanto, não deixou lugar a esse tipo de dicotomia, porquanto integrou formalmente a distribuição (ou seja, a formação do grau dos fatores de produção) à estrutura do equilíbrio geral de preços.

³³ Um significado particular que os subscritores dessa opinião deram por si próprios à mesma é a alegada necessidade de adesão de certos mecanismos de preço e mercado por uma economia socialista, que figurou nos debates a respeito do problema do cálculo econômico numa economia socialista, em volta do qual surgiu uma literatura bem considerável.

nais sôbre as relações de troca não é de molde a modificar quaisquer das equações governantes, ou privar qualquer das variáveis independentes que nelas surgiram de sua suposta independência. Se tal condição se sustentar, as variações dos fatores institucionais poderão razoavelmente ser tratadas como simples alterações em “dados”, que afetam os valores a atribuir a essas variáveis, sem afetar nada mais. No entanto, se tal hipótese conveniente não se sustentar — se a influência dos dados institucionais determinados mostrar-se mais radical do que isto — então as necessidades que tais leis expressam modificarão seu caráter diante de qualquer modificação fundamental de sistema; e o próprio enunciado das mesmas em forma que seja simultaneamente realista e determinada se mostrará impossível, a menos que se leve em conta a situação institucional.

A afirmação de que os princípios econômicos podem ser formulados sem levar em conta as condições institucionais particulares pode parecer tão vulnerável à objeção que cause surpresa ser possível apresentá-la com tanta seriedade. Não é óbvio que o modo pelo qual os preços são determinados e a troca regulamentada, sob as condições de concorrência, *têm* de ser diferentes do modo pelo qual se determinam sob condições de monopólio? Ou que a configuração dos preços em qualquer ocasião determinada (e daí os movimentos dos preços no correr do tempo) tem de ser diferente, quando cada vendedor ignora os atos planejados pelos demais, do que seria onde tal ignorância estivesse ausente em parte ou de todo (como sucederia sob as condições do planejamento econômico)? Se isso fôr assim, o enunciado de que uma mudança de circunstância não afeta as próprias equações pelas quais as “necessidades” econômicas são definidas não poderá ser verdade, na medida em que a determinação de preços fôr atingida. Presumivelmente o enunciado só pode ser seriamente apresentado quando aplicado aos postulados em um outro nível mais elevado de generalidade — a princípios dos quais as teorias particulares de situações também particulares podem ser tratadas como casos especiais.³⁴ Os únicos postulados desse

³⁴ A diferença entre a determinação do preço sob a concorrência perfeita e sob a concorrência imperfeita era antes apresentada formalmente assim: a produção será determinada pela condição de

tipo são os que dizem respeito à relação entre preços e a procura, postulados a afirmar que uma dada estrutura de preços terá um determinado efeito sobre a procura, e tidos como produzindo o corolário de que, em qualquer dado estado de oferta de recursos produtivos, apenas um conjunto de preços (e de alocação de recursos produtivos a ela correspondente) resultará numa “satisfação ótima” da procura — corolário êste que também requer para sua validade certas hipóteses acêrca da natureza da preferência dos consumidores ou da utilidade. Tais afirmações, porém, não bastam para proporcionar uma explicação determinada de como as relações de troca são realmente determinadas.

Uma analogia que, por ser conhecida, talvez se possa recomendar aos economistas é citada com base nos recentes debates acêrca da Teoria Quantitativa da Moeda. Tal teoria, expressando uma relação invariável entre variações do volume monetário e as variações dos preços, costumava ser enunciada numa forma onde era encarada como tendo validade geral para qualquer tipo de situação. Em grande parte isso se devia a uma hipótese implícita de que certas outras variáveis decisivas eram independentes da quantidade de dinheiro, ou que, se ligadas à última, tal ligação se limitava a uma certa forma.³⁵ Hoje se compreende que tal hipótese não se mostra verdadeira quanto a todos os tipos de situação, principalmente a situação caracterizada por uma capacidade excedente de mão-de-obra e maquinaria. Na medida em que

igualdade de custo marginal e rendimento marginal, sendo a concorrência perfeita tratada como caso especial onde o rendimento original e médio seja igual (porquanto a procura é infinitamente elástica), e daí o custo marginal ser igual ao preço, em vez de menor do que o mesmo. Mas quando lidamos com a indústria em seu todo, essa condição crucial (a elasticidade da procura para a firma individual) tem de ser introduzida quando a concorrência fôr imperfeita, como condição separada (separada, isto é, a procura para tôda a indústria), como é preciso fazer também com tal condição qual seja a presença de restrições sobre o ingresso de firmas na indústria.

³⁵ Como exemplo, até onde a velocidade de circulação mudava como consequência de variações de preço (ou na expectativa das mesmas) isso tendia a ser numa direção que *reforçasse*, e não *contrabalançasse*, a influência de variações na quantidade de dinheiro sobre os preços. A produção era tida como inalterada pelas modificações da procura em virtude de uma hipótese implícita de pleno emprêgo, isto é, oferta inelástica de produção como um todo.

a teoria afirma contar uma história causal, portanto, sua alegada generalidade se desmancha, pois existem situações nas quais a relação por ela afirmada entre a moeda e os preços não é verdadeira, enquanto que, se modificar sua natureza para aquela de uma simples “equação de identidade”, a história causal³⁶ da relação real entre moeda e preços continua a ser contada, e contada em termos de situações particulares. Quando essa história causal mais completa fôr inteiramente narrada, pode ser que surja algum nôvo princípio geral, em termos do qual num sentido puramente formal situações particulares possam de nôvo ser expressas como casos especiais (como, por exemplo, um estado de pleno emprêgo como sendo aquêle onde a oferta de produção apresenta elasticidade zero, em vez de alguma elasticidade positiva). A questão é que tais princípios gerais só podem surgir corretamente como resultado de classificação e análise anteriores das peculiaridades concretas de situações particulares, e não como resultado do isolamento de alguns traços comuns daquelas situações por um método de analogia superficial. O estudo comparado das instituições sociais proporciona uma forte presunção, para não dizer outra coisa, de que a moderna teoria de equilíbrio de preços pode possuir analogia considerável com a Teoria Quantitativa da Moeda sob êste aspecto. Nas palavras de Friedrich Engels, a Economia Política como “ciência histórica” “tem de investigar primeiramente as leis especiais de cada estágio separado na evolução da produção e troca e só quando tiver completado tal investigação poderá estabelecer as poucas leis bem gerais que se sustentam quanto à produção e troca examinadas como conjunto”.³⁷

Êste não é tema que possamos aqui tratar convenientemente, mas também não é tema que se pudesse ignorar inteiramente neste contexto. Embora não se possa sèriamente negar que existam traços apresentados em comum pelos diferentes tipos de sociedade econômica, e que tais analogias mereçam estudo e tenham sua parcela de importância quan-

³⁶ O relato causal é usado aqui no sentido de uma teoria adequada a permitir alguma predição quanto aos acontecimentos reais, neste caso a respeito do efeito provável de uma dada variação na quantidade de dinheiro.

³⁷ *Anti-Dühring*, 167-8.

do postas no cenário adequado, parece claríssimo que as perguntas principais referentes ao *desenvolvimento* econômico, como as tratadas nos estudos seguintes, não podem absolutamente ser respondidas, a menos que se ultrapassem os limites daquele tipo tradicional de análise econômica onde o realismo é tão impiedosamente sacrificado à generalidade, e a menos que a fronteira existente entre o que está na moda rotular como “fatôres econômicos” e “fatôres sociais” seja abolida. Além disso, não é apenas que êsse tipo limitado de investigação econômica se mostre impotente para dar respostas a certas perguntas. Confinando seu exame da sociedade ao nível de mercado, êste tipo de investigação contribui também para aquela mistificação a respeito da natureza real da sociedade capitalista da qual a história da Economia, com suas teorias de abstinência e jogos verbais a respeito de “produtividade”, se mostra tão prolífica em exemplos. Ao nível de mercado tôdas as coisas disponíveis para a troca, inclusive a mão-de-obra dos proletários, aparecem como entidades semelhantes, porquanto foi feita abstração de quase tôdas as demais qualidades, a não ser a de objetos de troca. Daí tudo ser visto, nesse nível de análise, como uma troca de equivalentes; para o processo de troca, o dono de direitos à propriedade contribui tanto quanto o trabalhador, e a essência do Capitalismo, como forma particular de apropriação do trabalho excedente por uma classe possuidora de poder e privilégios econômicos, é oculta assim por escamoteação. Mudar o centro da investigação econômica, levando de um estudo das sociedades de troca em geral para outro, de fisiologia e crescimento de uma sociedade especificamente capitalista — estudo que tem de se associar a outro estudo comparado das diferentes formas de economia — é uma mudança de ênfase que, pelo menos neste país, parece vir já com bastante atraso.